

Prática Discursiva Midiática a Pessoa com Deficiência no Seriado “Malhação”

p. 57 - 65

Érica Danielle Silva¹

Ismara Tasso²

Resumo

Este texto privilegia a constituição identitária do sujeito com deficiência nas práticas discursivas midiáticas na contemporaneidade. Consideramos que esse sujeito é constituído tanto pelas condições biológicas, físicas ou comportamentais, como também por complexas relações entre mecanismos e estratégias de identificação, que articulam o que pode e deve ser dito no jogo de interdições, no momento socio-histórico da produção dos enunciados. Problematizamos, assim, o modo como a mídia tem colocado em circulação a representação da constituição identitária do sujeito com deficiência, haja vista as relações de saber-poder que estão envolvidas nessa prática normalizadora.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Sujeito com deficiência. Mídia Televisiva.

Discursive practice about people with disabilities in TV-Series “Malhação”

Abstract

This text focuses on the identity constitution of disabled people in discursive practices in contemporary media. We consider that this subject is constituted not only by biological conditions, physical or behavioral, but also by complex relationships between mechanisms and strategies of identification, that articulate what must and should be said in-game bans, in the socio-historical moment of production of the statements. Thus, we problematize, how the media has put into circulation the representation of identity constitution of people with disabilities, given the knowledge-power relations that are involved in this normalizing practice.

Keywords: Discourse. Identity. People with disabilities. Television media.

Reflexões Iniciais

Tendências recentes têm problematizado, com frequência, as mudanças estruturais que estão transformando a sociedade moderna e fragmentando os seguimentos de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade. Tal realidade

social torna o conceito de identidade problemático: o processo de identificação é visto como uma construção mutável, instável, descentralizada e inacabada, que adquire sentido pela linguagem e sistemas simbólicos por meio dos quais são representados (WOODWARD, 2000). Esses sistemas atribuem sentido à gama de possibilidades

1 Doutoranda em em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: erica_dsilv@yahoo.com.br

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tassojs@terra.com.br

oriunda das relações sociais e relações de poder, as quais definem quem é incluído e quem é excluído. Sob tal conjuntura, a identidade é contestável à medida que é produzida por aqueles que detêm os canais de produção e circulação de sentidos.

As dinâmicas relacionais sobreditas circunscrevem as práticas de identificação do sujeito e encontram, na mídia, condições de possibilidade para serem exercidas, uma vez que os mecanismos e estratégias que sustentam a atuação midiática podem apagar, transformar e consolidar ideais modelares de sujeitos. As identidades representadas e veiculadas na mídia por meio da linguagem verbal, visual e sonora se submetem, dessa forma, à ordem do discurso, articulando o que pode e deve ser dito no conjunto de condições inerentes ao seu (re)aparecimento (FOUCAULT, 2007a, p. 9). Assim, a circulação de enunciados midiáticos é perpassada por procedimentos de controle e, não raro, os acontecimentos factuais e discursivos espetacularizados.

No que tange à relação entre corpo deficiente e identidade, a mídia pode ser considerada a superfície de emergência enunciativa (FOUCAULT, 2007 b), ou seja, é um lugar que pode fazer com que enunciados sobre a inclusão da pessoa com deficiência apareçam em sua singularidade, em uma sociedade e em um momento histórico determinado, e que coexistam com outros enunciados, bem como se transformem e desapareçam.

Nesse quadro de veiculação dos sentidos, a identificação da pessoa com uma deficiência, seja ela física, mental ou sensorial, além de ser constituída biologicamente é também construída nas especificidades de outros campos de saber que discursivizam o corpo deficiente e propõem a atuação desses sujeitos em outros grupos sociais que não o seu. Por isso, os sentidos midiáticos, resultantes dessas relações, não são dados ao acaso. Há um saber técnico que coloca em

funcionamento uma linguagem específica para produzir determinados efeitos e não outros. Pela produção estética televisiva, o mundo representado em imagens articuladas com o verbal e o sonoro é colocado diante do espectador, seja em forma de espetáculo seja em forma de simulacro, numa “relação dinâmica da imagem-vídeo, com valores de tempo e de espaço relativos, num contínuo jogo de enunciados que se repetem e (re)significam em práticas discursivas” (TASSO, 2006, p. 132).

Isso posto, problematizamos, assim, o modo como a mídia tem colocado em circulação a representação da constituição identitária do sujeito com deficiência, haja vista as relações de saber-poder que estão envolvidas nessa prática normalizadora, além da estratégia recorrente utilizada pela mídia na representação da pessoa com deficiência, o apelo à emoção. Em linhas gerais, no plano imagético, nem sempre o importante é visualizar a deficiência, mas o foco está na história contada ou no apelo ao choro, manifestado como símbolo da emoção e não da tristeza.

Para o propósito deste estudo teórico-analítico sobre os discursos produzidos acerca do sujeito com deficiência em uma materialidade midiática, privilegiamos parte do seriado *Malbação* exibido diariamente na Rede Globo de Televisão desde 1995. O gesto de leitura empreendido parte do princípio de que as estruturas significantes, tanto específicas como não específicas ao vídeo, encontram-se organizadas de modo a construir discursivamente o sujeito com deficiência. No caso do vídeo, esse sujeito é representado especificamente pelo personagem Bruno.

Assim delineado, o presente estudo teórico-analítico compõe o conjunto de pesquisas desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM – GEDUEM. Parte dessas pesquisas está voltada às demandas que se têm destacado na última década, quais sejam: (1) subsidiar

teórico-metodologicamente a prática de leitura de imagens fixas e efêmeras no campo educacional; (2) compreender teórico-metodologicamente o funcionamento discursivo midiático; (3) identificar mecanismos de intervenção de novas tecnologias e o modo como as práticas de leitura que lhes são inerentes se constituem; e (4) explicitar as relações estabelecidas entre o sujeito-leitor e a exterioridade, proporcionadas pelos efeitos de realidade de “determinadas” imagens figurativas ou iconográficas e imagens efêmeras.

Mídia Televisiva: Superfície de Emergência Enunciativa

A consideração da possibilidade de existência de regularidade(s) nas posições discursivas assumidas em materialidades midiáticas filiou-se às contribuições arqueogenéticas de Foucault, sobretudo, no conceito de sujeito, que é o tema geral de sua investigação, seja como objeto de saber, de poder ou de constituição identitária. Em linhas gerais, Foucault (1995) busca compreender os diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.

Nessa linha de pensamento foucaultiano, o sujeito não preexiste à sociedade, mas é constituído por uma rede de discursos, estratégias, poderes e práticas. Como explica Veiga-Neto (2007, p. 113), uma análise do sujeito não deve partir do próprio sujeito, mas dos saberes e das práticas discursivas e não discursivas que o envolvem. As práticas e os saberes, “[...] uma vez descritos e problematizados poderão revelar quem é esse sujeito, como ele chegou a ser o que dizemos que ele é e como se engendrou historicamente tudo o que dizemos dele”.

Além de ressignificarem o que já foi dito sobre a deficiência, a mídia, em consonância com as políticas inclusivas atuais, discute, produz, apaga ou transforma novas redes de enunciados.

E a maneira de discursivizar a pessoa deficiente, nessas práticas inclusivas da atualidade, torna-se possível devido a um longo processo de evolução da ciência e de lutas no campo dos direitos humanos. O intercâmbio de informações e as organizações internacionais em prol da reabilitação desse grupo marginalizado na sociedade se concretizaram, ao menos em nível discursivo, por meio da proclamação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Por dar visibilidade a esse grupo de pessoas, esse programa de ação mundial possibilitou uma negociação coletiva que polemizava essa identidade e que propiciava a emergência de outro discurso.

A partir dessa mobilização, as pessoas com deficiência foram chamadas a cumprir seu direito de participação na sociedade, e ao Estado coube efetivar ações concretas de acessibilidade e igualdade, por meio de políticas públicas. Somadas a essas iniciativas, outras medidas foram tomadas para que o bem-estar e o direito à cidadania das pessoas com deficiência fossem alcançados. Por isso, além de eliminar barreiras arquitetônicas, foi preciso eliminar as barreiras sociais tanto no que diz respeito ao preconceito quanto à discriminação, que consistiu em estimular através dos documentos oficiais, o investimento econômico e a sensibilização dos direitos desse grupo para que seu status melhorasse, na sociedade.

A luta no campo dos direitos humanos perdura já há algum tempo e, ao longo desse percurso ela não foi dada sem resistência. As resistências ganharam fôlego e força. Na medida em que isso foi se consolidando, à mídia competiu fornecer subsídios para a veiculação do ideal de inclusão desse grupo. Desse modo, os discursos que abordam a inclusão social encontram na mídia televisiva as condições de possibilidade para serem exercidas, uma vez que imagens, sons e espetáculos nela veiculados “[...] ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o

tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade” (KELLNER, 2001, p.9).

A partir do dispositivo teórico exposto, ao empreender uma pesquisa que visa discutir sobre a prática discursiva midiática televisiva sobre as pessoas com deficiência, lança-se um desafio: tomar a materialidade imagética como lugar privilegiado de análise. Para tanto, faz-se necessário refletir sobre as instâncias composicionais dessa materialidade, tanto no plano da visibilidade quanto no da invisibilidade. Nesse sentido, nos propomos a reunir alguns princípios que subsidiam teórico-metodologicamente a prática analítica dos sentidos produzidos sobre as pessoas com deficiência, em materialidades midiáticas. Isso porque acreditamos que as estratégias e os mecanismos linguístico-discursivos, estéticos e tecnológicos podem amparar a compreensão do funcionamento discursivo acerca desse sujeito.

Das Propriedades da Imagem em Movimento

O estudo de uma possível linguagem da imagem em movimento requer um complexo esforço de compreensão de seus códigos significantes, haja vista que reprocessa formas de expressão colocadas em circulação por outros meios (MACHADO, 1997), atribuindo-lhes “novos” conceitos e poderes.

Segundo Marie (2006), o vídeo, em princípio, não fora dotado de uma linguagem. Era apenas o registro de um espetáculo anterior, ou então a simples reprodução do real. No entanto, pelo desejo de se contar histórias e veicular ideias, a imagem em movimento teve de determinar uma série de procedimentos que o termo linguagem inclui.

Machado (1997, p. 191) explica que

a gramática do vídeo, se existir, não tem o mesmo caráter normativo da gramática das mensagens verbais. Tudo no universo das composições audiovisuais poderia, segundo o estudioso, ser descrito em termos de fenômeno cultural, isto é, “como decorrência de um certo estágio de desenvolvimento das técnicas e dos meios de expressão, das pressões de natureza socioeconômica e também das demandas imaginárias, subjetivas, ou, se preferirem, estéticas, de uma época ou lugar.”

Marie (2006) explica que da mesma forma que a língua é um sistema de códigos organizados interno à linguagem, existem códigos perceptíveis que fazem com que o espectador compreenda o vídeo. Essas seriam as características que permitiriam utilizar-se o termo ‘linguagem videográfica’. Em outras palavras, seria essa linguagem videográfica a que organiza elementos significativos, transformando em discurso o que poderia ser apenas um decalque visual da realidade.

Esses códigos significantes que organizam a linguagem videográfica devem ser dotados de uma característica essencial: a inteligibilidade.

De qualquer forma, se a comunicação se dá em alguma instância, é porque certas estruturas significantes são inteligíveis a todos, sejam eles emissores ou receptores, ou porque todos são sensíveis a elas. Portanto, algo se transmite pelo vídeo, e esse algo só se transmite porque o vídeo deve operar com certas formas e certos modos de articulação que são comuns a todos os implicados no processo de comunicação (MACHADO, 1997, p. 193).

Uma vez considerado o material de expressão temporalizado que compõe essas materialidades, existiriam assim dois polos: um constituído de códigos totalmente não específicos ao vídeo e outro de códigos específicos, que são em número muito limitado. Entre esses dois polos há uma hierarquia na especificidade, baseada na maior ou menor zona de extensão dos códigos considerados. Alguns deles são:

Os códigos de analogia, por exemplo, referem-se a todas as imagens figurativas; só serão fragilmente específicos do cinema ao mesmo tempo que nele desempenham um papel de primeiro plano. Os códigos 'fotográficos', [...] o das escalas de plano, o da nitidez da imagem referem-se à imagem "mecânica" obtida por uma tecnologia físico-química; são, portanto, mais específicos do que os da analogia visual. Todos os códigos que se referem à colocação em sequência da imagem são ainda mais claramente específicos, embora se refiram também à fotonovela e à história em quadrinhos. Os únicos códigos exclusivamente cinematográficos (e televisuais, mas as duas linguagens são amplamente comuns) estão ligados ao movimento da imagem: códigos de movimento de câmera, por exemplo. [...] Outros códigos muito explorados pelo cinema, mas pouco específicos são as perspectivas *plongée e contre-plongée* (MARIE, 2006, p. 197-198).

Verifica-se que os dispositivos analíticos da imagem fixa embora não sejam específicos da imagem efêmera, podem subsidiar sua prática analítica. Isso porque, para desenvolver um movimento descritivo-interpretativo de imagens em movimento é preciso congelá-las em uma sequência de imagens fixas. Logo, os elementos que compõem as imagens são significativos na produção de sentidos, como as cores, o tom e a dimensão, entre outros.

Machado (1997), ao identificar algumas tendências gerais no universo do vídeo ressalta que as imagens de vídeo não aceitam detalhamentos minuciosos, já que a tela possui dimensões pequenas. Assim, a imagem eletrônica, por sua natureza, tende a se compor sob a figura da sínecdoque, em que a parte e o detalhe sugerem o todo, sem que esse todo, entretanto, possa jamais ser revelado de uma só vez. Decorre daí que o recorte mais adequado para ela é o primeiro plano.

Ao reduzir o formato da imagem na televisão, o que interessa é o efeito a ser produzido e não o espaço construído. Por consequência, o vídeo, veiculado em dimensão reduzida, aponta para a síntese da representação.

Assim, por suas próprias condições de produção, o quadro videográfico tende a ser mais estilizado, mais abstrato e, por consequência, bem menos realista do que seus ancestrais, os quadros fotográfico e cinematográfico. O mesmo ocorre com os processos de metonímias e metáforas. É a mesma lógica da língua chinesa, que trabalha basicamente com ideogramas: para anotar o conceito de amizade, por exemplo, esta língua combina pictogramas de "cão" (símbolo de fidelidade) e de "mão direita" (com a qual se cumprimenta o amigo). Assim, a imagem do vídeo, estilizada, reduzida ao essencial, pede um tratamento significativo no plano sintagmático, pede que se pense a articulação dos planos como um trabalho de escritura, uma escritura de imagens, à maneira do ideograma chinês (MACHADO, 1997, 194-195).

Enfim, a breve revisão teórica desenvolvida até então indica caminhos possíveis para se tratar dos discursos midiáticos acerca da inclusão da pessoa com deficiência e seus efeitos de sentido, que subsidiarão a prática analítica a ser desenvolvida a seguir.

(D)eficiência: Movimento Inclusivo em Tela

As sequências selecionadas para este trabalho correspondem a alguns capítulos do seriado *Malhação*, veiculados em 2008, que tratam sobre Bruno, personagem que se torna paraplégico depois de se jogar em um rio para se esconder da namorada. O percurso narrativo dessa história é traçado desde o acidente do personagem até o momento em que ele viaja para os Estados Unidos em busca do tratamento que lhe dê chances para andar novamente. Destacaremos algumas sequências que privilegiam a difícil (re)adaptação de Bruno no colégio, local onde ele passa a usar uma cadeira de rodas, logo após receber alta do hospital (Frame 1 e 2), até o momento em que, com a ajuda dos amigos, percebe a importância exercida por sua própria força de vontade para se recuperar, conforme pode ser visualizado nos frames 1 e 2.

de impotência, limitações e, por consequência dependência do outro. É a sua condição de autonomia transformada.



Frame 1



Frame 2



Frame 3

A narrativa explora as dificuldades enfrentadas pelo cadeirante quanto aos aspectos arquitetônicos, evidenciando como o país ainda está distante de alcançar as metas desejadas (Frame 5 e 6). Além dos elementos que compõem a visibilidade do texto, o capítulo aborda e discute sobre os conflitos psicológicos que acompanham o protagonista da história, mesmo que ilustrando o personagem sob o apoio de familiares e da namorada. Pelo movimento da câmera, proporciona-se ao espectador a ilusão de presentificação e de participação da cena. O cenário é o de consternação, os amigos, num primeiro momento, assistem estáticos à situação de retorno do amigo, agora cadeirante (Frames 3 e 4). A reação solidária dos amigos de Bruno vem em seguida (Frame 6). Momento em que também o cadeirante manifesta o sentimento



Frame 4



Frame 5



Frame 6



Frame 7



Frame 8

Outras iniciativas são apresentadas na narrativa, dentre elas, o convite da mãe de Bruno

a um atleta paraolímpico, com o objetivo de lhe mostrar que ele, agora, faz parte de um grupo que pode também realizar atividades de forma independente (Frame 7). Além da conversa, um jogo de basquete na cadeira de rodas é realizado no colégio, o que dá credibilidade a ideia semeada, mas Bruno resiste e não manifesta desejo algum de se empenhar na sua recuperação (Frame 8). O apelo a Bruno chega por meio de um documentário, produzido por uma colega do Colégio. Nele são apresentados depoimentos de várias pessoas com deficiência física contando sobre as dificuldades que tiveram e como venceram o preconceito e conseguiram ter uma vida independente (Frames 9, 10 e 11). A estratégia é bem sucedida (Frames 12 e 13).



Frame 9



Frame 10



Frame 11



Frame 12



Frame 13

O percurso apresentado compreendeu o gesto que mobilizou o que se encontrava no plano da visibilidade, elementos identificados por relações analógicas à realidade empírica e que não impõem restrições ou dificuldades à compreensão da narrativa assim como o gesto que, em simultaneidade, apreendeu os sentidos estabelecidos por meio do descortinar as condições de emergência, de (co)existência e de possibilidade enunciativas circunscritas ao acontecimento discursivo: a inclusão social da pessoa com deficiência física.

Segundo Manguel (2001, p. 149), “os retratos levam a representação para além da própria imagem”. No caso do vídeo apresentado, os jogadores de basquete ou os deficientes (Frame 8) que aparecem no documentário apresentado não estão somente representando deficientes físicos, eles são os próprios símbolos de perseverança, de luta e de resistência. A mesma estratégia estende-se a outros objetos e lugares: por exemplo, o degrau da escola (Frame 5) não é apenas o decalque da realidade, mas discursivamente é a necessidade de transformações da arquitetura para a acessibilidade do portador de deficiência. Caso em que o discurso

jurídico atravessa o arquitetônico, já que é a lei que garante as mudanças para a inclusão.

As cenas exibidas em toda a narrativa mesclam relatos, simulacros da vida real, aliado às imagens em close, que emocionam e interpelam o espectador a se sensibilizar com a causa, um apelo à solidariedade e ao exercício de reflexão sobre nossas próprias limitações, que nem sempre são físicas. Esta seria uma das formas de poder de normalização. Conforme Courtine (2008, p.261), é a extensão da norma através da exibição do seu contrário, da sua imagem invertida.

De modo geral, o verbal, inseparável das imagens em movimento, pode estabelecer relações com a memória e a história. Não há como negar que, no decorrer da narrativa, houve atualizações semânticas as quais passaram a interditar alguns termos. Por exemplo, denominar pessoas com deficiência como ‘inválidos’, ‘incapacitados’ ou ‘excepcionais’ não corresponde à esfera da prática inclusiva vigente nos últimos anos, que prefere o uso do termo ‘pessoas com deficiência’. Avançando um pouco mais nesta questão, consideramos que esse termo já existe na língua, entretanto, quando utilizado em uma determinada condição de produção fora do campo da inclusão, podem produzir sentidos outros.

Já na era da inclusão, o discurso sobre as pessoas com deficiência é atravessado por discursos outros, entre eles o do esporte e o do jurídico. Visualmente, identificamos nas cenas do seriado um lugar principal, a escola, e nela alguns lugares específicos nos quais as cenas ocorrem: biblioteca, sala de vídeo e a entrada / pátio. A exibição desses espaços é condição de possibilidade de identificação com o mundo não ficcional e atualizado. Os ambientes são atrativos pelas cores e estilo moderno. É o efeito de condições possíveis de socialização. Ainda quanto ao espaço, vale destacar sobremaneira que a escola não é apenas o braço da sociedade, mas também

dela a sua representação, em toda a sua extensão, tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais.

Na opacidade da linguagem, no domínio do simbólico, há um efeito de verdade no vídeo que produz / confirma a questão da inclusão e da força de vontade que a pessoa com deficiência precisa ter para enfrentar os desafios. Os mecanismos empregados mostram uma relação entre a representação dos personagens e movimentos históricos sociais, políticos e econômicos que configuram as iniciativas inclusivas na atualidade.

A identidade de uma pessoa com deficiência somente é aceita quando ele próprio se percebe como parte de um grupo com as mesmas características, ou até mais agravantes que as suas. Só assim garante forças para lutar (continuar a fisioterapia, por exemplo) contra seus próprios preconceitos – ser um inválido pra sempre, ser um peso na vida de todos que pode estar relacionado à historicidade dos deficientes, que antes excluídos, depois visíveis e agora tentam se incluir na sociedade, eliminando os preconceitos e mostrando suas capacidades.

Considerações Finais

Analisar, pois, uma série enunciativa que circunscreve sentidos sobre a inclusão das pessoas com deficiência, em diversos espaços sociais, significa tentar compreender como a mídia ressignifica a memória social, mítica e histórica desses sujeitos, buscando examinar as condições de emergência e de existência desses enunciados. Interrogando o que, como e por que os enunciados dizem o que dizem sobre as pessoas com deficiência tornou possível identificar uma prática discursiva sobre os modos de representação e de constituição identitária desses sujeitos, o que configura um saber sobre uma coletividade, na atualidade. Nessa prática, permeada pelas relações de luta pelo poder, a

mídia promove a naturalização da inclusão das pessoas com deficiência por meio de diferentes mecanismos e estratégias que espetacularizam o corpo deficiente, tomando-o como algo agradável, saudável e forte. O saber sobre a deficiência, ao mesmo tempo tomado e produzido pela mídia, constitui-se como uma forma de disciplinamento e governamentalidade do corpo social. Isso significa que a mídia televisiva é um instrumento de normação que objetiva manter a ordem da sociedade e proporcionar a segurança da população e daqueles que a governam, pacificando as diferenças físicas e psíquicas dos sujeitos.

Ao considerar que empreender uma pesquisa em Análise de Discurso é arriscar-se na ordem do discurso, que, em sua continuidade é (re) conduzido em sua presença ausente, encerramos este trabalho cientes que ao propor uma problematização da esfera discursiva na mídia televisiva, enfrentam-se desafios ainda maiores. Isso porque o analista deve se situar ao mesmo tempo dentro e fora de uma perspectiva linguística, cujas escolhas conceituais e metodológicas possibilitem fazer “escutas discursivas” de seu objeto.

Referências Bibliográficas

COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. *História do corpo 3*. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel *Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica) Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007a. (Coleção Leituras Filosóficas).

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

MACHADO, Arlindo. O vídeo e sua linguagem. In: _____. *Pré-cinema & Pós-cinemas*. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Campo Imagético).

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. Tradução Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARIE, Michel. Cinema e Linguagem. In: AUMONT, Jacques et al. *A Estética do filme*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2006. p.157-222.

TASSO. Ismara Eliane Vidal de Souza. Mídia televisiva e políticas públicas de inclusão na pós-modernidade: igualdade, solidariedade e cidadania. In: NAVARRO, Pedro (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.129-151.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-102.

Artigo enviado em: 23/10/2012

Aceite em: 12/12/2012